

# Um imenso Sul<sup>1</sup>

Além do Tejo, assim ficou conhecida a vasta região que se estende desde este rio, num imenso Sul, feito de planuras, até aos contrafortes das serras do Caldeirão e de Monchique, que anunciam a região algarvia, ou o Reino dos Algarves, como durante séculos se designou. Além do Tejo, nome simples, nascido nos primórdios da nacionalidade, quando se brandiram armas contra os mouros e se conquistaram terras, de norte para sul. Além do Tejo, anseio cristão, um nome associado às condições históricas em que se forjou a identidade portuguesa e que acabaria por se fixar na memória colectiva e no mapa do país como um território de características próprias, ainda que nele se conjuguem realidades naturais e paisagísticas distintas e diferentes modos de ocupação do espaço.

Até ao século XVI, porém, foi com outro nome, Entre Tejo e Odiana (Guadiana), que se identificou este território, nas linguagens administrativa, política e jurídica do reino (era uma das cinco comarcas do país). O significado histórico desta designação não se esgota no sentido literal que evoca, o de uma região, ou comarca, que tinha por referentes topográficos os dois grandes rios do Sul. Se Além do Tejo é um referente de conquista para os cavaleiros cristãos, sem limites estabelecidos, Entre Tejo e Odiana define o desígnio de um reino que procura consolidar as suas fronteiras, por oposição ao vizinho reino de Castela, com o qual disputará a posse de terras marginais deste último rio (a linha de fronteira entre os dois reinos, consagrando a integração de parcelas da margem esquerda do Guadiana no território português, ficou estabelecida pelo Tratado de Alcanices, de 1297).

A designação de Entre Tejo e Odiana não resistiria, contudo, à passagem do tempo. Se no século XVI ainda estava em uso, nomeadamente na reforma empreendida no reinado de D. João III de divisão provincial e comarcã do país (foram criadas vinte e sete comarcas administrativas e cinco províncias, que substituíram as antigas comarcas medievais e funcionaram, até ao século XIX, exclusivamente como grandes circunscrições militares), é por Alentejo que a região voltaria a ser designada, nome que nunca deixara de estar presente no imaginário popular e na linguagem quotidiana.

Comarca ou província, os contornos geográficos permaneceram basicamente os mesmos. A organização do seu vasto território exigiu, em termos políticos, administrativos, económicos e judiciais a divisão em circunscrições mais pequenas - ouvidorias, provedorias, correições,

---

<sup>1</sup> Texto da autoria de Joaquim Boiça retirado de *Aljustrel, História e histórias*, Beja, Região de Turismo da Planície Dourada, s.d. (2008?), pp. 3 a 11.

comarcas, etc. -, no seio das quais se agruparam os vários municípios mas que raramente possuíram, contudo, limites bem definidos. Em regra, instituíram-se tendo por referência os principais centros urbanos e as suas áreas de influência, como, por exemplo, Évora, Beja, Elvas, Avis, Vila Viçosa, e territórios com características singulares, como a comarca de Campo de Ourique.

Seria numa época já tardia, em pleno século XIX, no âmbito das reformas administrativas liberais, que se introduziu e veio a adquirir raízes a divisão bipartida que, sob alguns aspectos, nos é familiar e continua actual, a de Alto e Baixo Alentejo, organizadas em torno das urbes de Évora e de Beja (confirmada na divisão administrativa de 1936). Embora tenha sido criada tardiamente e se é certo que as divisões regionais portuguesas têm uma marca e fundamento sobretudo político, existia desde há muito, contudo, devido a factores naturais e históricos, uma clara distinção entre os territórios tutelados por aquelas duas cidades. A criação do Bispado de Beja, em 1771, entronca nesta realidade, ensaiando uma experiência que decerto foi posteriormente tida em conta.

## Baixo Alentejo - Região de Beja

### Peneplanície, Barros, Xisto, Montado e Minério

A peneplanície é o traço de unidade do relevo alentejano, o elemento estruturante da sua identidade morfológica. As superfícies de aplanamento baixo alentejanas apresentam, contudo, gradações evidentes e articulam-se com unidades de relevo contrastantes que, no seu todo, animam e movimentam uma paisagem só aparentemente monótona. Os solos revelam, de igual modo, grande variedade, desde terras de xisto, finas e pobres, de baixa produtividade agrícola, às terras fundas e argilosas, os "barros", ricas e de grande produtividade cerealífera, como as de Beja, Serpa e Moura, cuja exploração extensiva está na origem da imagem de fertilidade associada à região alentejana como celeiro do país.

Entre as unidades de relevo que delimitam e intersectam a vasta peneplanície cerealífera e que com ela contrastam, encontra-se, em particular, a escarpa da falha da Vidigueira que, com a serra de Portel, separam, no sentido este-oeste, o Alto e o Baixo Alentejo e que favorece, pelo abrigo que proporciona à acção dos ventos predominantes de norte e leste, a existência de culturas ricas nos territórios sob a sua influência (sensivelmente entre Moura e Alvito), sobretudo da vinha e da oliveira, de pomares e de hortas.

No caminho para ocidente marcam presença as serras de Grândola e do Cercal, sobretudo esta última, orientada de norte para sul, que impõe uma separação, plena de contrastes,

entre o interior e o litoral alentejano, uma faixa alongada e não muito larga de planície marítima e de relevos movimentados, que se estende entre Odemira e Melides. É uma região de múltiplas confluências: continentais e atlânticas; da serra e da planície; do montado de sobreiro e de terra cerealífera e das bolsas fluviais do Mira e do Sado.

A fronteira meridional é definida por duas formações estruturais, densas e xistosas, as serras do Caldeirão e de Monchique, que compõem uma barreira no sentido este-oeste, com poucas passagens naturais. Nas que se estabeleceram, adquiriram importância os eixos Castro Verde - Almodôvar e Ourique - S. Marcos da Serra e, sobretudo, o porto de Mértola, onde o Guadiana deixa de ser navegável, que funcionou, até ao século XIX, como placa giratória de ligação com o interior alentejano e de comunicação com o Algarve, o Mediterrâneo e o Atlântico. A oeste deste rio, entestando com as encostas serranas e abrindo-se para a penéplanície, desenvolvia-se, para noroeste, com uma expressão territorial assinalável, o chamado Campo de Ourique (envolvia, grosso modo, os actuais concelhos de Mértola, Almodôvar, Odemira, Castro Verde, Ourique, Aljustrel e Santiago do Cacém), que deteve, até ao século XIX, uma elevada importância histórica e económica. Embora fosse terra de pão assumiu-se, sobretudo, como terra de montado e de pastorícia, destino trasumante de ovinos e de bovinos, vindos de rotas próximas e distantes (da serra algarvia, da margem esquerda do Guadiana e da serra da Estrela).

Na direcção leste, tendo por referência o Guadiana e o Chança, rios de fronteira com a vizinha Espanha, os relevos são mais modestos, ainda que extremamente movimentados, como sucede com as chamadas serras de Mértola e Serpa, de Ficalho e de Barrancos, que interrompem a continuidade da penéplanície de Beja. A sua presença e o acidentado vale encaixado em que corre o Guadiana configuram um território com características singulares e que adquiriu identidade histórica, a Riba d'Odiana dos tempos medievais, ou seja, o território da margem esquerda, de Mértola a Barrancos, onde predominam o montado de azinho, a oliveira e a charneca, que proporcionam boas condições à criação extensiva de gados e à caça.

O Baixo Alentejo, em suma, contrariando a imagem redutora que usualmente lhe está associada, é um território de contrastes: entre a extensa planície e os relevos muito movimentados que a enquadram; entre o interior, a perder de vista, e o litoral batido pelo mar; entre a terra rica e fértil, argilosa, e a terra fina e pobre, xistosa; entre o cultivo intensivo de cereais, o olival, a vinha e o montado e a charneca; entre a criação extensiva de gados e a caça selvagem; entre a extrema secura estival e o regime de torrente de rios e ribeiros nas invernias e entre o isolamento e a interioridade, marcantes na sua identidade,

e a fácil e rápida comunicação pelo Guadiana, estrada fluvial através da qual a região se ligou durante largos séculos ao mundo.

Mas o Baixo Alentejo, naquilo que a Natureza prodigalizou e o Homem afeiçoou, é também uma região rica em minérios, de cobre e de ferro, em abundância, e de outros, mais ou menos preciosos, à superfície ou escondidos nas entranhas da terra. Essa riqueza mineira, ainda hoje expressiva, está presente no território ao longo de uma extensa faixa, ibérica, piritosa, e a sua exploração, de Aljustrel a Mértola (S. Domingos), passando por Castro Verde (Neves Corvo), marcou-lhe o passado e o imaginário do presente.

## Os Tempos da História e as Marcas do Homem

A exploração dos recursos naturais (recollecção, cerealicultura, pastorícia e mineração); as boas condições de defesa e de fortificação dos relevos serranos, dominantes sobre a peneplanície e a grande via de comunicação e de comércio que era o Guadiana, facilitando o contacto, célere e seguro, com o mediterrâneo e a costa atlântica, foram os factores dinâmicos da história milenar da presença humana na região. Quando estes factores se conjugaram plenamente ou nos momentos em que o território se integrou no espaço geo-histórico de expansão das grandes civilizações antigas e medievais e no processo de formação da nacionalidade, a região viveu épocas de apogeu ou surtos de desenvolvimento como se verificou, em particular, nos período Calcolítico e na Idade do Ferro; nos séculos II e III, sob domínio romano; entre meados do século XI e o primeiro quartel do séculos XII, sob domínio islâmico; entre meados do século XIII e inícios do século XIV, no contexto da definição de fronteiras e das políticas de povoamento do reino; entre finais do século XV e meados do século XVI, no quadro da expansão marítima portuguesa e entre finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX com a industrialização mineira.

Em todas as épocas históricas verificaram-se, não obstante, variações e assimetrias zonais e locais, de acordo com o contexto histórico e a prevalência e tipo de exploração dos recursos do território. O desenvolvimento proporcionado pela mineração, por exemplo, seja no Calcolítico, no período romano ou na contemporaneidade não se reflectiu (nem se reflecte) da mesma forma em toda a região. Nem foram sentidas do mesmo modo, naturalmente, as épocas de crise, fossem de subsistência ou decorrentes das cíclicas guerras que existiram até ao século XVIII. Nem, nos nossos dias, o fenómeno de desertificação humana e de quebra demográfica, que se faz acompanhar da tendência, crescente, de concentração do povoamento.

As formas de habitar e de povoamento sempre reflectiram a matriz histórica de cada momento. O nascimento e abandono de povoados de pequena e média dimensão, definitiva ou temporariamente, é um traço constante da história da região, fosse pela exaustão dos recursos ou pela incapacidade de defendê-los militarmente. São inúmeros, de facto, os testemunhos arqueológicos de povoados abertos e fortificados, em sítios de cumeada, de meia encosta e de planície desde época pré-histórica até aos tempos modernos. O caso mais tardio, emblemático, é, sem dúvida, o da vila e castelo de Noudar, abandonado no século XIX. Outros lugares, pelo contrário, revelam uma continuidade histórica notável, exercendo uma força polarizadora no território, como, Beja, Moura, Aljustrel, Serpa, Mértola, Almodôvar, Ourique, Aljustrel, etc., ainda que a sua importância relativa (económica, social, política, cultural e demográfica) tenha oscilado, de forma mais ou menos acentuada, no decurso dos séculos. Muitos povoados, por outro lado, de longa tradição histórica ou de fundação medieval, não estabilizaram o seu estatuto e crescimento e acabaram por definhar, perdendo importância e a centralidade que possuíam. Os casos, entre outros, das aldeias de Casével e de Entradas (Castro Verde) e de Colos (Odemira), antigas vilas e concelhos, exemplificam sobejamente esta situação. Outros, ainda, só tardiamente adquiriram importância significativa, evoluindo de pequenos aglomerados a lugares centrais (sedes de concelhos), como foram os casos das vilas de Castro Verde, Cuba, Alvito, Vidigueira e Ferreira do Alentejo, na época medieval cristã, e de Barrancos, na época moderna. Completa o quadro, o fenómeno relativamente recente, contrastante, impulsionado pela indústria do turismo: o acentuado crescimento urbano e demográfico de povoados costeiros, constituindo exemplo maior o da Vila Nova de Milfontes (Odemira). É pertinente referir, neste contexto, uma outra circunstância, de sinal contrário: o abandono, particularmente evidente nas vilas acasteladas, dos núcleos históricos a favor de novas zonas urbanas, questão que suscita diferentes problemas, como seja o das funções a atribuir aos espaços devolutos (desde os edifícios públicos aos de raiz senhorial e popular) e o da conservação e valorização global dos cascos históricos.

A qualidade e a diversidade do património cultural da região ilustram e reflectem, em traços largos, os parâmetros geo-históricos acima enunciados. Numa perspectiva sumária, relativamente às épocas anteriores à fundação da nacionalidade, justifica-se a referência, em primeiro lugar, aos sítios e conjuntos arqueológicos da época calcolítica à Idade do Ferro, presentes em toda a região, mas com incidência maior em zonas como as de Ourique, Almodôvar, Castro Verde e Mértola, merecendo relevo particular os povoados monumentais das Mesas do Castelinho (Almodôvar), com ocupação entre a I Idade do Ferro e o período Omíada, e o complexo do Castro da Cola (Ourique), com estruturas do calcolítico à medievalidade cristã e o conjunto, assinalável, de estelas funerárias epigrafadas, recolhidas nestes e noutros concelhos vizinhos, que se inscrevem no horizonte

cultural do chamado reino de Tartessos, no sudoeste peninsular, em que se cruzam influências orientalizantes, fenícias e gregas (tem o seu epílogo histórico no século VI a. C.), que atestam o primeiro uso da escrita em território nacional, ainda não plenamente decifrada, e o elevado nível de desenvolvimento então atingido.

O legado romano é notável ainda que desigualmente representado no território. O destaque cabe, por inteiro, às duas capitais regionais (*civitates*) que se instituíram, *Myrtilis* (Mértola), possível porta de entrada e base de penetração dos romanos na região, e *Pax Iulia* (Beja), que conservam nos respectivos cascos urbanos e em colecções arqueológicas a memória do esplendor dessa época. Nas áreas de influência de Beja, a grande cidade de interior, e de Mértola, o grande porto regional, gravitaram uma série de povoados de pequena e média dimensão, junto a vias secundárias de comunicação, como Moura, Serpa, Ficalho, etc., que parecem denunciar, no seu conjunto, uma ocupação zonal que privilegiou a planície bejense e a margem esquerda do Guadiana. Naquela e nas bolsas limítrofes de terras ricas teve lugar uma intensa exploração e ordenamento do território agrícola de que restam testemunhos grandiosos (muitos outros estarão por descobrir), como os da *villa* de S. Cucufate (Vidigueira) e da *villa* de Pisões (Beja), duas das maiores e mais importantes *villae* romanas que se conhecem no nosso país, bem como uma rede de povoados (casais) e castros fortificados dos quais existem, disseminados no território, inúmeros testemunhos arqueológicos. Intensa, igualmente, foi a exploração mineira, uma das mais apetecidas e disputadas riquezas da região, praticada em grande escala nas minas de S. Domingos (Mértola) e de Aljustrel (*Vipasca*), restando desta última vestígios ilustrativos.

Menos monumental mas não menos expressivo é o legado islâmico. Dando sequência à matriz territorial definida em época romana, as cidades de Beja e de Mértola continuaram a ser as mais importantes, ainda que o seu peso relativo tenha adquirido contornos distintos, uma vez que Mértola, com o fenómeno histórico de encastelamento da sociedade, parece ter assumido, pontualmente, no contexto dos conturbados períodos taifa, almorávida e almóada (sécs. X - XII) alguma preponderância. Em termos patrimoniais, aliás, a cidade do Guadiana é, sem dúvida, a grande referência, pelos registos que conserva do amuralhado e da estrutura urbana, da antiga mesquita, e a riqueza do seu espólio arqueológico. No caso de Beja e, por extensão, nos povoados de longa tradição histórica (Moura, Serpa, Aljustrel, Ourique, etc.), ou de nova fundação, aldeias (alcarias) agro-pastoris e mineiras e sítios fortificados (atalaias e castelos), os registos que se conservam são, sobretudo, estruturas e testemunhos de natureza arqueológica. Parece claro, no entanto, em termos regionais, que as zonas mais densamente islamizadas (tal como na romanização) foram os territórios na área de influência de Mértola e de Beja (até Aljustrel) e da margem esquerda do Guadiana (até Noudar).

A reconquista tardia e a acção das ordens militares, em particular da Ordem de Santiago (exceptuando parte da margem esquerda, entregue aos Hospitalários (depois à Ordem de Avis), praticamente todo o território ficou sob seu domínio), são os factores históricos marcantes da medievalidade cristã na região. Assegurar as fronteiras, criar linhas de defesa, povoar e ordenar o território, nas vertentes administrativa, judicial, económica e social foram as coordenadas da iniciativa régia e dos novos senhores da terra, sobretudo a partir de D. Dinis. As marcas do triunfante desígnio cristão medieval, na organização concelhia, no povoamento e na modelação das estruturas urbanas (espaços religiosos e militares) chegaria até aos nossos dias.

A igreja paroquial, o rossio (ou praça pública, em torno da qual se organizaram os espaços de poder e comerciais) e o castelo são os traços de unidade das principais urbes da região. Os castelos são, sem dúvida, o mais monumental dos conjuntos patrimoniais. Erguidos ou profundamente reformados na época dionisina, têm uma feição claramente gótica, destacando-se, pela sua volumetria e decoração a Torre de Menagem do Castelo de Beja que, com o amuralhamento que a envolve, é uma das mais emblemáticas construções da arquitectura militar portuguesa, e os pujantes recintos amuralhados, com as respectivas torres de menagem, de Mértola, Noudar, Serpa e Moura (dos castelos de Aljustrel e da Vidigueira restam alguns vestígios e perderam-se, por completo, os de Ourique, Ferreira do Alentejo e o castelo senhorial de Vila Ruiva). O castelo de Alvito, erguido em finais do século XV, é um exemplar de características únicas, no qual se combinam, com mestria, a arquitectura militar e a palaciana, num todo em que transparece, de um modo notável, a linguagem artística manuelino-mudéjar. Neste particular, sublinhe-se, o edifício mais relevante é o solar rural de Água de Peixes, nas proximidades desta vila, que conserva boa parte da sua estrutura primitiva e em que ressalta a presença cenográfica e artisticamente apurada de múltiplos elementos mudéjares, sobretudo ao nível das janelas.

No domínio urbano, em que coexistem, com graus distintos, construções vincadamente populares e construções de feição erudita, de carácter público e privado, neste último caso, edifícios de tipo solarengo, por vezes de grande imponência, pertencentes às oligarquias locais e aos grandes lavradores, constituem referência, entre outros, os núcleos históricos de Beja (arquitectura erudita dos séculos XVI a XX); do Alvito (onde se conserva o melhor conjunto de portais e janelas manuelinas da região); de Barrancos e de Mértola (urbes onde predomina a arquitectura popular) e de Serpa e Moura (coexistência de soluções eruditas e populares).

No que respeita à arquitectura religiosa distinguem-se dois universos: o dos templos rurais (ermidas e igrejas paroquiais), disseminados por toda a região, no coração das aldeias e nos seus termos, de construção singela e traço popular, por vezes enobrecidos com portais gótico-manuelinos ou renascentistas, pinturas murais e coberturas de abóbada, e o dos templos urbanos, de maior arrojo arquitectónico e de linguagem erudita (igrejas conventuais, matrizes e capelas), na sua grande maioria de época gótica e manuelina, com apontamentos mudéjares e renascentistas e, em menor número, de época maneirista e barroca. O recheio votivo e artístico (estatuária, ourivesaria, pintura, azulejaria e talha dourada) é sobretudo de época seiscentista e setecentista, embora existam, particularmente ao nível da statuária e da ourivesaria, exemplares tardo medievais e quinhentistas, coexistindo, em qualquer dos casos, manifestações diferenciadas, de carácter erudito e popular. É nos templos urbanos que se encontram, como seria de esperar, os melhores conjuntos, embora muitos dos templos rurais participem na produção artística regionalmente mais expressiva: a pintura mural, de que restam núcleos notáveis, de época manuelina à barroca.

A espessura histórica, o variado e rico património cultural e natural, as contrastantes unidades de paisagem, sob o manto longo da planície, as estruturas de povoamento, a escala humana da relação com o território, os sabores e o balanço do cante, o modo de estar das gentes, tudo se combina, em cadinho singular, numa região nos confins de Além Tejo, aonde conduzem os caminhos do Sul. O convite, para percorrê-los, fica feito.

Joaquim Boiça